



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 10410-000.261/90-81

(nms)

Sessão de 10 de dezembro de 1991

ACORDÃO N.º 202-04.669

Recurso n.º 85.058

Recorrente ADAUTO CINIRO DA CUNHA.

Recorrida DRF EM MACEIÓ - AL

F I N S O C I A L - Extinção do crédito tributário pelo pagamento. Recurso não conhecido por falta de objeto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **ADAUTO CINIRO DA CUNHA**.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso por falta de objeto, face ao pagamento do débito.

Sala das Sessões em 10 de dezembro de 1991

[Assinatura]
HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente

[Assinatura]
JEFFERSON RIBEIRO SALAZAR - Relator

[Assinatura]
JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE
10 JUL 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS DE MORAES, OSCAR LUIΣ DE MORAIS, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo № 10410-000.261/90-81

Recurso №: 85.058

Acordão №: 202-04.669

Recorrente: ADAUTO CINIRO DA CUNHA

R E L A T Ó R I O

O Contribuinte acima, foi autuado por insuficiência na base de cálculo do FINSOCIAL-FATURAMENTO, caracterizada pela omissão de receita operacional, pelo confronto entre os pagamentos e os recebimentos efetuados no ano base de 1987 exercício de 1988, como se vê, pelo Auto de Infração, demonstrativos e Termo de Encerramento de Ação Fiscal de fls. 02/06, resultando no total do crédito lançado de 236,95 BTNF.

Em tempo, às fls. 09/14 ofereceu sua impugnação ao feito, pelas razões que abaixo sintetizo:

- em 1988, base 1987, optou pelo sistema de lucro presumido, por se enquadrar nos padrões exigidos, o que lhe desobrigava de escrituração contábil;
- o ano de 1987 foi de instabilidade econômica, visto o plano cruzado, não ficando a salvo desta ocorrência, chegando ao final do ano com mais de 3.000.000,00 a pagar;
- procede demonstrativo das duplicatas do exercício, conta Fornecedores, etc;
- é de fato sabido que para se verificar a tributação reflexa, há de ter-se prova cabal e inequívoca da distribuição da receita e seu recebimento pelo sócio;

segue-

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10410-000.261/90-81

Acórdão nº 202-04.669

- transcreve ementas de acórdãos e espera seja considerado de nenhum efeito os autos lavrados, mandando-se arquivar, por direito e justiça.

A informação fiscal de fls. 17 contra-argumentou a impugnação, e propôs a manutenção do crédito na sua totalidade.

Às fls. 20 a autoridade de primeira instância apreciou as peças e manteve o feito.

Devidamente ciente da decisão acima, interpôs recurso à mesma, como se vê às fls. 23.

Em sessão de 09 de janeiro de 1991, dessa câmara, o processo foi baixado em diligência à repartição de origem, para juntada do acórdão do Primeiro Conselho de Contribuintes, sobre o processo chamado de Matriz do IRPJ, volta agora, com o despacho de fls. 35 com o seguinte teor:

"Tendo em vista o pedido de parcelamento dos processos 10410-000.262/90-44 e 10410-000.258/90-77 e o pagamento dos processos 10410-000.259/90-30,..... 10410-000.260/90-19 e 10410-000.261/90-81, entendemos não ser mais necessária a realização da diligência solicitada pelo Segundo Conselho de Contribuintes".

Como se vê, dentre os processos acima, encontra-se este que é o de Nº 10410-000.261/90-81.

É o relatório.

segue-

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10410-000.261/90-81

Acórdão nº 202-04.669

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JEFERSON RIBEIRO SALAZAR

A questão trata de omissão de receita operacional, caracterizada pelo confronto entre os pagamentos e os recebimentos efetuados, o que causou insuficiência na base de cálculo do FINSOCIAL -FATURAMENTO, objeto desta lide.

Em sessão de 09 de janeiro deste ano, foi este processo baixado em diligência à repartição de origem, para juntada do acórdão do Primeiro Conselho de Contribuintes, relatório do processo do IRPJ, para melhor convicção formar este relator. Retorna agora o mesmo, com o despacho de fls. 35, com o seguinte teor:

"Tendo em vista o pedido de parcelamento dos processos 10410-000.262/90-44 e 10410-000.258/90-77 e o pagamento dos processos 10410-000.259/90-30,..... 10410-000.260/90-19 e 10410-000.261/90-81, entendemos não ser mais necessária a realização da diligência solicitada pelo Primeiro Conselho de Contribuintes."

Do despacho supra, verifica-se que este processo..... (10410-000.261/90-81) encontra-se pago, estando, portanto, extinta a obrigação tributária, na forma do art. 156, I do CTN.

Portanto, pelo acima exposto, deixo de tomar conhecimento do Recurso Voluntário tempestivo, por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1991.

JEFFERSON RIBEIRO SALAZAR